

PROCESSO TRT AP-02024-2007-008-18-00-0

RELATORA: DESEMBARGADORA KATHIA MARIA BOMTEMPO DE ALBUQUERQUE

REVISOR: DESEMBARGADOR JÚLIO CÉSAR CARDOSO DE BRITO

AGRAVANTE(S): TUBAL VILELA DA SILVA NETO

ADVOGADO(S): JOAQUIM GONZAGA NETO E OUTRO(S)

AGRAVADO(S): UNIÃO (PROCURADORIA-GERAL FEDERAL)

PROCURADOR: DANILO FÉLIX LOUZA LEÃO

ORIGEM: 8ª VT DE GOIÂNIA

JUÍZA: ELZA CÂNDIDA DA SILVEIRA

Disponibilização: DJ Eletrônico Ano III, Nº 69, de 23.4.2009, pág. 18/19.

EXECUÇÃO FISCAL - ACP - MULTA - BIS IN IDEM. Não existe nenhuma equivalência entre a pena pecuniária imposta em AÇÃO CIVIL PÚBLICA e a multa administrativa decorrente de autuação em fiscalização pela DRT. O pedido de condenação em obrigação de fazer e não fazer, sob pena de multa diária, objetiva uma tutela preventiva na ação civil pública, de forma a evitar o dano individual pelo rompimento da ordem jurídica pelo requerido. Já a multa administrativa da DRT, visa punir o descumprimento da lei em cada caso concreto, impondo-se a sanção legal, não possuindo o caráter preventivo e coletivo pretendido pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO na ACP. Portanto, não se constitui no caso dupla cobrança pelo mesmo fato gerador.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas.

A primeira Turma do egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em sessão ordinária, decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora.

Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Federais do Trabalho, KATHIA MARIA BOMTEMPO DE ALBUQUERQUE (Presidente) e JÚLIO CÉSAR CARDOSO DE BRITO e o Excelentíssimo Juiz convocado DANIEL VIANA JÚNIOR (participando do julgamento apenas para compor o quórum regimental, em razão de impedimento da Desembargadora ELZA CÂNDIDA DA

SILVEIRA). Representando o Ministério Público do Trabalho, o Excelentíssimo Procurador do Trabalho
LUIZ EDUARDO GUIMARÃES BOJART.